

PEDRO HENRIQUE COSTA DE OLIVEIRA

DIREITO ELEITORAL E IGUALDADE

A PROTEÇÃO DOS DIREITOS
POLÍTICO-ELEITORAIS
DAS **MULHERES**

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2020

Sumário

Prefácio	XXIII
Apresentação 1	1
Apresentação 2	5
Introdução	7
1 Política, Gênero e os Direitos Políticos da Mulher	13
1.1 Os Direitos Políticos das Mulheres como Direitos Humanos	15
1.1.1 Casos de violação aos direitos políticos das mulheres apresentados à Comissão Interamericana de Direitos Humanos	28
1.1.1.1 María Merciadri de Moroni vs. Argentina	29
1.1.1.2 Janet Espinoza Feria e outras vs. Peru	34
1.2 A Participação Política da Mulher como Fator de Desenvolvimento	37
1.3 A Implantação das Cotas de Gênero no Brasil: Evolução Legislativa e Jurisprudencial	48
1.4 A Sub-Representação Feminina na Política Brasileira	59
2 Financiamento de Campanhas Eleitorais Desde uma Perspectiva de Gênero	69
2.1 O Poder Normativo da Justiça Eleitoral: As Resoluções do TSE N.ºs 23.553/2017, 23.575/2018, 23.605/2019 e 23.607/2019	76
2.2 A Adequação das Decisões Prolatadas nos Julgamentos da ADI 5617, pelo STF, e da Consulta n.º 0600252-18, pelo TSE, à Ordem Jurídico-Constitucional: Aportes da Teoria do Direito e da Doutrina Constitucional	85
2.2.1 Levando os direitos políticos das mulheres à sério: análise das decisões do STF e do TSE à luz da teoria da igualdade de Ronald Dworkin	87
2.2.2 A evolução da doutrina constitucional	108
2.2.2.1 O positivismo jurisprudencial	109
2.2.2.2 Jurisdição constitucional, democracia e concretização dos direitos fundamentais das minorias	118

2.2.2.3 Constituição dirigente, controle e implementação de políticas públicas pelo Poder Judiciário.....	123
2.2.2.4 Financiamento de campanha de mulheres e judiciário: positivismo jurisprudencial ou cumprimento das metas constitucionais?	128
2.3 Financiamento para a Igualdade de Gênero.....	133
3 Fraude à Política Pública de Cotas de Gênero nas Eleições:	
As Candidaturas Femininas Fictícias e os Mecanismos	
Processuais de Impugnação de Mandato Eletivo	141
3.1 Da Fraude ao Direito Eleitoral ao Abuso de Poder Político: Evolução Conceitual e Jurisprudencial.....	143
3.2 O Litisconsórcio Passivo, Rescisão do DRAP, Anulação dos Votos e Inelegibilidade	151
3.3 A “Segunda Geração” da Fraude: Doação Ilícita de Recursos Destinados Ao Financiamento de Campanhas de Mulheres para Candidatos Homens.....	165
3.3.1 Objeto e bens jurídicos tutelados pelo 30-A	165
3.3.2 Estudo de caso: AI no REspe n.º 339-86 (Município de Rosário do Sul/RS)	167
Conclusão	171
Referências	177